

**Desenvolvimento e modernização – os eixos do debate intelectual latino-americano entre os anos 1950-1970.**

Claudia Wasserman

Essa comunicação é resultado do desenvolvimento de uma pesquisa que tenta mapear e analisar o “*Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional na América Latina: condições de produção e repercussão do conhecimento histórico*”. Nessa fase, estou desenvolvendo a análise dos anos 1950-1970. No âmbito dos projetos intelectuais e políticos desse período da história, os temas do *desenvolvimento e da modernização* suplantaram as análises precedentes sobre o caráter nacional. Apesar de terem nascido com uma relação mais forte com as análises econômicas, esses temas transcenderam o âmbito do pensamento econômico para tornar-se parte do vocabulário de toda a intelectualidade latino-americana, sobretudo àquela ligada às humanidades. Se entre os anos 1920-1940 a intelectualidade latino-americana estava preocupada em desvendar as características sociais, políticas e mesmo psicológicas presentes nos seus países, depois da II Guerra Mundial os intelectuais buscaram entender as causas do atraso e os males do subcontinente através da forma da ocupação econômica, do tipo de atividade produtiva e das relações econômicas estabelecidas no interior daquelas sociedades e com os grandes centros do capitalismo.

Em todo o percurso historiográfico acerca da questão nacional esteve presente uma obsessão de buscar as origens dos problemas, dos males latino-americanos. A cada época, foram detectados diferentes motivos que levavam às dificuldades de construção nacional. Primeiramente, eram o clima, a particular geografia e as raças; mais tarde, historiadores, economistas e sociólogos apontaram a dependência e o tipo de atividade produtiva como origem de todos os males. Dentre esses “*males*”, destacou-se o “*problema do desenvolvimento*”. Os debates sobre a questão nacional estiveram associados ao diagnóstico das sociedades latino-americanas, ao seu atraso relativo no quesito desenvolvimento econômico e às dificuldades encontradas pelos governos em colocar os recursos materiais e humanos disponíveis a serviço do crescimento nacional. Assim, a questão do desenvolvimento aparece imbricada nos movimentos sociais e nas alternativas de sociedade propostas pelos mais diversos grupos. Sobre o tema do desenvolvimento, o historiador chileno Eduardo Devés Valdés observa que “*su aparición y*

*su rápida instalación en el escenario, instalación articulada con la creación de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), es tan marcante que puede afirmarse que divide el pensamiento del siglo en dos partes.”<sup>1</sup>*

O tema *desenvolvimento/subdesenvolvimento* terminou por organizar toda a reflexão teórica latino-americana e um conjunto de investigações científicas surgiu a partir de uma constelação de perguntas chaves correspondentes: *quais são as causas de nosso subdesenvolvimento? Que obstáculos têm que ser transpostos se quisermos desenvolvermo-nos? Que tipo de desenvolvimento é viável e qual é o desejável para a América Latina?* Essa constelação de perguntas continua presente no vocabulário latino-americano. Por isso, justifica-se entender a origem desses questionamentos, seus autores, seus contextos e seus projetos. A pesquisa se propõe a traçar o perfil do percurso, suas condições de produção, a narrativa histórica dos atores, seus “*espaços de experiência*”, “*horizontes de expectativas*” e o processo de repercussão daquele conhecimento que, “*monumentalizado*”, transformou-se na própria História.

Segundo Jaime Osório, “*las ciencias sociales latinoamericanas viven en los cincuenta, sesenta y parte de los setenta uno de los períodos más productivos de su historia. América Latina se convierte en el centro de atención de diversas corrientes teóricas, las que – más allá de sus diferencias de enfoques y respuestas – convergen em torno a ciertas preguntas y problemas, propiciando um período excepcional*”<sup>2</sup>.

Do ponto de vista metodológico, estou realizando a análise do ambiente histórico onde emergiu essa atividade intelectual e a exegese da produção dos autores, a tentativa de discernir o uso dos conceitos entre a época de sua enunciação e os seus significados atuais, bem como as transformações sofridas pelos mesmos ao longo do tempo e os processos de repercussão, os usos e abusos dessas idéias. Considerando a importância que o tema das possibilidades de desenvolvimento e progresso latino-americano tem suscitado até os dias de hoje, justifica-se estudar as análises e os debates intelectuais realizados em passado recente acerca dessa temática, no intuito de “*conectar nuestro más actual presente com los distintos pasados relevantes que lo explican y que le dan sentido*”<sup>3</sup>.

Na América Latina a questão do desenvolvimento perpassou a história na tentativa de diminuir ou acabar com a dependência econômica, cultivando uma identidade histórica específica. Os Estados que se constituem e se consolidam a partir de 1850, aproximadamente, baseavam sua prosperidade na dependência em relação à demanda do mercado internacional e no reforço do autoritarismo e da exclusão política, social e

econômica dos estratos mais pobres da população. Os governos oligárquicos formularam um projeto de nação na medida em que promoveram a eliminação de localismos, barreiras econômicas, estimularam o desenvolvimento de portos, aduanas, correios, telecomunicações, organizaram o sistema métrico decimal e o sistema monetário e regulamentaram o trabalho assalariado, padronizaram a língua através da escolarização, imprensa, etc. e sustentavam que a unidade política nacional devia ser congruente.

Entretanto, as classes sociais que surgiram no bojo do desenvolvimento do setor primário-exportador animadas pela contrariedade em relação às oligarquias, começaram a formular propostas de identificação coletiva e projetos nacionalistas. Eram proletários, camponeses, grupos médios urbanos e uma burguesia industrial e comercial que ascendia, apesar do domínio econômico exclusivista das oligarquias. Os movimentos que as representavam foram, sobretudo, movimentos político-partidários. Apesar dos setores médios, combativos e radicais, e os trabalhadores urbanos e rurais terem colaborado para a desestruturação do domínio oligárquico, foi a burguesia nacional que, pelo menos até 1930, teve condições mais adequadas de impor ou negociar uma alternativa à modalidade oligárquico-dependente. Esta fração burguesa propunha o desenvolvimento econômico via crescimento do mercado interno e da industrialização; a democratização política através de mecanismos parlamentares-representativos; e a modificação do vínculo com o capital monopólico.

Todos esses pontos estão, de uma maneira ou outra, vinculados à questão nacional, ou seja, a melhoria das relações com o capital internacional indica o desejo de um certo rompimento com as relações de dependência, senão totalmente, pelo menos de forma parcial. A internalização dos meios de crescimento e desenvolvimento do país é fundamental para a identificação da riqueza como sendo fruto do trabalho da nação. E, finalmente, a democratização política, ainda que parcial, revela o vínculo entre o trabalhador e a cidadania, que contribui de maneira primordial no sentimento de identificação nacional.

Neste sentido, a análise do percurso intelectual e historiográfico acerca da questão nacional também permitirá uma crítica do pensamento desenvolvimentista e do problema da dependência. Junto com o conceito de desenvolvimento sobressaíram ou renovaram-se outros grandes temas como nação e nacionalismo, modernização, dependência, autonomia, identidade, revolução, democracia, integração e reformas estruturais.

Esses conjuntos de conceitos articularam-se em projetos de nação e compuseram o **cenário** onde atuavam os “*desenvolvimentistas*” (assim foram chamados genericamente

os teóricos burgueses nacionalistas) - **protagonistas**. Seus debates – **enredos** – em torno dessa articulação e os significados atribuídos a cada uma dessas palavras-chave, assim como o conjunto epistemológico particular de cada grupo intelectual era diferente, conforme as perspectivas epistemológicas e políticas dos grupos em disputa.

O conceito de desenvolvimento, por exemplo, foi muitas vezes utilizado como sinônimo de crescimento econômico, mas na maior parte das análises da época, queria dizer muito mais do que isso. Podia significar “*crescimento autônomo*”, assim como, dependendo do “*lugar de enunciação*” do discurso, poderia não estar apenas ligado aos fatores econômicos, mas estar acompanhado pelos fatores políticos, sociais e culturais. Ao longo do período selecionado para a pesquisa, o conceito de desenvolvimento foi associado à industrialização, ao progresso tecnológico, à urbanização, ao aumento da renda per capita, como também significou uma melhoria geral das condições de vida das massas urbanas e rurais (saúde, educação, moradia, alimentação). O “*desenvolvimento*” também foi considerado condição para a governabilidade, a democracia e a construção da nação e da nacionalidade.

Em todos os casos, os intelectuais estavam fazendo, através dessa luta semântica, um diagnóstico do presente, com base na história (passado) e tentando projetar o futuro. Segundo Reinhart Koselleck “*La lucha semántica por definir posiciones política o sociales y en virtud de esas definiciones mantener el orden o imponerlo corresponde, desde luego, a todas las épocas de crisis que conocemos por fuentes escritas. Desde la Revolución Francesa, esta lucha se ha agudizado y se ha modificado estructuralmente: los conceptos ya no sirven solamente para concebir los hechos de tal o cual manera, sino que se proyectan hacia el futuro*”<sup>4</sup>. Particularmente nas sociedades industriais, essa luta semântica se intensifica a partir dos conceitos que dizem respeito a essas atividades econômicas: “*desde que la sociedad entro en el movimiento industrial, la semántica política de los conceptos referidos a dicho movimiento proporciona una clave de comprensión sin la que no se podrían concebir hoy los fenómenos del pasado*”<sup>5</sup>.

No caso da América Latina isso é particularmente intenso na medida em que o próprio processo de industrialização gerou um debate sobre as suas características e as possibilidades de produzir um desenvolvimento autônomo, progresso e modernização. Neste sentido, os conceitos relativos ao “*desenvolvimento*” latino-americano, como dependência, modernização, capitalismo autônomo, projetavam cada vez mais as esperanças e anseios do futuro, estavam cada vez mais próximos do que Koselleck chama de “*horizonte de expectativas*” e, proporcionalmente, se afastavam mais do

passado e do presente, do próprio “*espaço de experiência*”. Constituíram-se como utopias.

Entre os esforços analíticos empenhados em buscar a solução conjunta para os problemas latino-americanos destaca-se a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), fundada em 1949. A Economia Política da CEPAL foi expressa, pela primeira vez, em um estudo publicado em Nova York, “*Economic Survey of Latin America*”. Nasceu para explicar a natureza do processo de industrialização que eclodira entre 1914 e 1945, para analisar os problemas e desequilíbrios desse processo em países periféricos e com o objetivo de alertar para a idéia de que a industrialização era o único caminho contra a miséria e contra a dependência em relação aos centros mundiais do capitalismo.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello, expoente do pensamento cepalino,

*“Todo o espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação” “A industrialização aparece como o momento crucial de constituição da Nação, como modo da Nação se tornar realidade, deixando de ser o que era, uma quase-ficção.”<sup>6</sup>*

Para os cepalinos - como Raul Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto, Oswaldo Sunkel, entre outros - a dependência e a miséria eram resultados da situação periférica, frutos do “*modelo de crescimento para fora*”. Propunham uma nova etapa no desenvolvimento latino-americano, de “*desenvolvimento para dentro*”, onde o centro dinâmico da economia se deslocasse para “*dentro da Nação*”. Isso, segundo os estudiosos da CEPAL, só seria possível através da planificação da economia e “*da interiorização dos centros de decisão*”, ou seja, “*substituindo a variável exógena demanda externa pela variável endógena investimento como motor da economia, equivale ao deslocamento para o interior da Nação, dos centros de decisão*”.

Na luta pela industrialização nacional, os cepalinos acreditavam que uma “*política bem orientada*” poderia remover os “*obstáculos estruturais*” como, por exemplo, a “*fragilidade da demanda*”, o “*desemprego estrutural*” e a “*escassa capacidade de poupança*”. Os cepalinos participavam ativamente das políticas econômicas governamentais e acreditavam na possibilidade de remoção desses obstáculos através de “*reformas estruturais*”.

A partir da década de 1960, no entanto, o fracasso quase generalizado das políticas de industrialização, a dificuldade dos governos denominados populistas ou nacionalistas em colocarem em prática as chamadas “*reformas estruturais*”, a eclosão da Revolução Cubana e a escalada de terror militar implementada a partir do golpe de 1964

no Brasil, foram os elementos concretos que fizeram ruir parte das análises teóricas em voga.

No plano teórico, surgiu a Teoria da Dependência para explicar a “*não-industrialização nacional*” e tentar responder a questão-chave que os cepalinos não puderam explicar: diante de recursos materiais e condições humanas propícios, adequados e suficientes, porque os países da América Latina não se desenvolvem?

O trabalho mais importante da Teoria da Dependência, e que deu nome a essa escola de pensamento econômico e sociológico na América Latina, foi, sem dúvida, “*Dependência e desenvolvimento na América Latina - ensaio de interpretação sociológico*”, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto <sup>7</sup>. Oriundos dos quadros da CEPAL, esses autores criticavam o “*dualismo estrutural*” - em voga nos anos 1930 e 1940 - e o pensamento cepalino; propunham uma “*análise global do desenvolvimento*”; e discutiam exaustivamente a importância dos componentes internos e externos em relação às possibilidades de desenvolvimento e libertação nacional.

Enquanto os cepalinos acreditavam na possibilidade de desenvolvimento através da interiorização dos centros de decisão e da nacionalização da economia, preconizando um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, os teóricos da dependência propunham a análise do “*não-desenvolvimento*” através da discussão do conceito de “*dependência*”. Estudaram a dicotomia entre países centrais e periféricos e acreditavam que o processo de diferenciação no desenvolvimento de uns e de outros havia ocorrido porque os primeiros haviam sido “*colônias de povoamento*”, enquanto os últimos haviam sido “*colônias de exploração*”.

Além disso, o grau de dependência dos países periféricos seria determinado segundo a “*integração das classes médias ou não ao bloco de poder oligárquico*” e conforme o tipo de controle sobre a atividade produtiva que tinham as “*elites nacionais*”, quais sejam, “*controle nacional*”, “*economia de enclave*” ou “*não vinculação com o capitalismo mundial*”.

Assim, por exemplo, segundo essa análise, tendo o Brasil sido uma “*colônia de exploração*”, cuja integração das classes se dava através da “*incorporação dos setores médios tradicionais combinado com uma crise da dominação oligárquico-burguesa*” e onde existia o “*controle nacional do sistema produtivo*”, seu desenvolvimento e grau de dependência é diferente do México onde ocorrera “*incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico*” ou da Argentina onde houve “*incorporação dos setores médios à hegemonia da burguesia exportadora*” <sup>8</sup>. Logo, segundo os autores,

a dependência será diferente e a luta contra ela também. É evidente que as particularidades dos países em questão têm a maior importância na luta contra a dependência, entretanto, reduzir a Revolução Mexicana, por exemplo, à “*incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico*” é um exagero de retórica que implica explicitamente num desejo de não enunciar determinados conceitos.

Independente das inúmeras críticas econômicas e sociológicas que surgiram a esse estudo – como pouca análise econômica, tipologia insuficiente, escassa análise pós-45, não modificação da periodização cepalina, semelhança em relação à interpretação cepalina sobre os períodos de transição de uma fase a outra da economia – ressalta, para os objetivos da presente discussão, a característica marcadamente nacionalista da análise desenvolvimentista. A perspectiva desenvolvimentista, assim como a atração pelos modelos externos, não haviam sido de fato superadas e os teóricos da dependência propunham, na realidade, o entendimento do conceito de “dependência” como forma de completar a industrialização e o desenvolvimento nacional, através da união das classes sociais. A “dependência” se erguia como dimensão única da análise e o conflito entre países dependentes e Estados imperialistas ocupa parte central da discussão.

Isso, segundo Agustín Cueva, marxista equatoriano, crítico feroz da teoria da dependência, promove alguns esquecimentos fundamentais:

*“... não se pode dejar de constatar, sin embargo, las claras insuficiencias explicativas del concepto “dependencia”, sobre todo cuando se dejan de lado conceptos básicos como: fuerzas productivas, relaciones sociales de producción, clases y lucha de clases; o bien, se los remplaza por categorías tan ambiguas como: “expansión hacia afuera”, “colonias de explotación” o “de población”, “grupos tradicionales” y “modernos”, “integración social” etc.”<sup>9</sup>*

A teoria da dependência tornou-se hegemônica no pensamento latino-americano e inculcou no grosso da intelectualidade da América Latina a convicção de que a “*nossa história*” é tão original que não caberia encaixá-la dentro de conceitos e teorias (moldes) forâneos. Tratava-se naturalmente de justificar teoricamente certas vias políticas também originais.

Em consonância com as idéias intelectuais em voga, neste período, os governantes denominados populistas ou nacionalistas tentavam diluir a questão da luta de classes, que apareceu com força na luta pelo socialismo (Revolução Cubana), e faziam um discurso voltado para as aspirações de unidade ontológica. Esta foi a base do

moderno pensamento latino-americano. Assim, inauguramos o tempo presente e o pensamento contemporâneo, nos perguntando sobre a nossa identidade, sobre a questão nacional e os autores continuaram apegados às teses de existência prévia de uma identidade que é, segundo eles, constantemente obstaculizada pelos “outros”.

---

<sup>1</sup> DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latino-americano em el siglo XX. Desde la CEPAL ao neoliberalismo*. Buenos Aires: Biblos, 2003, p. 21.

<sup>2</sup> OSÓRIO, Jaime. *Fuentes y tendencias de la Teoría de la Dependência*. In MARINI, Rui Mauro & MILLÁN, Mária. *La Teoría Social latino-americana. Subdesarrollo y dependência*. México: El Caballito, 1994, p. 157.

<sup>3</sup> AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *América Latina, história y presente*. Michoacán: Red Utopia, 2001, p. 38.

<sup>4</sup> KOSELECK, Reinhart. *Futuro Passado*, p. 111.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>6</sup> CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 5 ed., p. 20 e 21. A primeira edição é de 1982

<sup>7</sup> CARDOSO, F. H & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 6 edição. A primeira edição é de 1970

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, capítulo IV.

<sup>9</sup> CUEVA, A. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México: Edicol, 1979, p. 23.